

034ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA HÍBRIDA 22DEZ2021

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a 034ª Sessão Extraordinária será exclusivamente para a realização da 2ª sessão de discussão do PR nº 070/21. Peço ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum desta sessão extraordinária, diretamente na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (14h32min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão, em 2ª sessão, o PR nº 070/21. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos neste momento discutindo a formação da Comissão de Ética Parlamentar. Eu vejo como um trabalho muito bom, que vem qualificar a Câmara e fazer com que nós possamos ter cuidado. Chama-me a atenção a proporcionalidade, portanto, 12 membros, observado o critério da proporcionalidade. Vejo aqui o § 3º, " (...) as deliberações da Comissão de Ética Parlamentar serão tomadas pelo voto da maioria absoluta dos seus membros". Por que as comissões não são dessa forma? Eu já disse aqui: a maioria absoluta de sete são quatro. Por que nas comissões, para ter votação e para vir a este plenário, também não são quatro? Nós temos que mudar. Ai um voto lá... o amigo do amigo pede um voto para que vá ao plenário. Isso não é critério; é barganha. É o que está acontecendo aqui. No meu

entender, a maioria de sete são quatro, como está aqui está certo, na Comissão de Ética, mas, nas nossas comissões permanentes da Casa, está errado. Nós temos que mudar esse critério. Por isso que, chegando ao final do ano, estamos votando coisas, às vezes, açodadamente ou até apressadamente, quase o mesmo sentido, ficamos empurrando e vai e vem projetos e, às vezes, um voto da CCJ e empate em alguma outra vai para o plenário. É uma coisa que aqui fica bem claro, bem observado.

Continuando: "(...) não serão aceitas denúncias anônimas". Verdade, não pode ser, isso é caça às bruxas, gente que não tem coragem de aparecer. Houve aqui até, em questão de CPI, denúncias vazias, denúncias anônimas. Temos que ter respeito e credibilidade. Quando nós não impusemos, para nós mesmos, credibilidade, não podemos exigir que a sociedade tenha admiração por nós.

Então, a Comissão de Ética vem regradar e fazer com que tenhamos aqui respeito um pelo outro. Uma coisa é o debate político; outra coisa é o lado pessoal. Às vezes, se posicionam lá fora achando que nós não vamos escutar. O que sai de mentiras aí fora de que aqui votaram isso, ou vão votar de uma forma, ou vão votar de outra... Nós temos que entender que o nosso mandato é aqui e lá fora. Não podemos falar uma coisa no plenário, e lá falar outra coisa, começar a induzir o cidadão a se virar contra a Câmara ou contra esse ou aquele vereador. E isso tem acontecido muito. Isso pode ser amparado aqui. Inclusive, embora eu concorde, eu entendo que, muitas vezes, até o gabinete poderia ter uma reprimenda, diretor Luiz Afonso, porque muitas coisas vêm do gabinete. Eu já fui relator de uma Comissão de Ética na Assembleia, onde colocamos uma reprimenda para o gabinete, que era o culpado. Então, peço essa observação. Aqui tem coisas boas, parabéns, Luiz Afonso, a gente só quer acrescentar, ajudar. É necessário, neste momento, sim, nós termos alguns regramentos de ética. O que é ética? O mal do político, muitas vezes, é achar que pode tudo. O político não pode tudo, e a sociedade cobra cada vez mais. Ele não pode tudo. Ele pode o que está na sua competência, nas suas prerrogativas, e a Casa também exige as suas prerrogativas diante do parlamentar. E é isso que estamos fazendo.

Portanto, parece que vem em boa hora, sou a favor. Nós precisamos ter respeito a esta instituição. Eu vejo, volta e meia, aqui, vereadores achando que têm ética, criticando a Casa, que a Casa é isso... em outra hora, a Casa é democrática. É democrática, mas não

é para falar bobagem. É democrática para respeitar a Casa. Esta é a nossa Casa. Aqui temos que estar com elegância, com altivez, com companheirismo; discussão política tudo bem, mas desrespeitar a Casa? Às vezes, a Comissão de Ética vai ter que chamar atenção de alguns vereadores, porque, se não respeitam a Casa, não respeitam nem o seu mandato – isso é importante. Quando se fala mal da Casa, se fala mal de todo mundo, e é muito bom se esconder atrás da estrutura da Casa, dizendo que faltou isso, aquilo na Casa, não, Presidente. Às vezes, o Presidente da Casa também tem que exigir respeito no comando: “Olha, aqui não, aqui é uma Casa de respeito”. Nós temos que nos respeitar e fazermos respeitar esta Casa, é aqui que nós passamos a maioria das horas da nossa vida de mandato, e é aqui que nós temos que estar bem, de bem com todos, de bem com a população e de bem com esta Casa aqui, que é sem dúvida... Não adianta nós estarmos dizendo: “Esta é a Casa que representa a população de Porto Alegre”, mas, na hora do debate, nós manchamos a imagem da Casa, conseqüentemente, manchamos também o nosso mandato. Uma coisa vem ao encontro da outra, Presidente, parabéns por essa iniciativa. Quero, com esse discurso, tentar ajudar porque, às vezes, é nesse sentido que a gente tem que andar. A Casa vai bem quando a gente vai bem, a gente vai bem quando a Casa vai bem. Um abraço, Presidente, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 070/21.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos. Sr. Presidente Márcio Bins Ely, colegas, eu quero falar um pouquinho sobre a questão da Comissão de Ética e parabenizar o diretor Luiz Afonso por toda a construção deste projeto, juntamente com o Presidente e a Mesa, dada a importância de nós termos aqui a Comissão de Ética. Mas eu quero ler o que diz aqui: “Comissão de Ética é um grupo designado para orientar, deliberar, responder às consultas e outras atividades relacionadas à ética pública”. Quer dizer, não é um grupo de caça às bruxas, é um grupo que tem a responsabilidade de conciliar a responsabilidade. Neste ano, eu fui relator de dois processos na Mesa Diretora e entendo

a importância da Comissão de Ética, mais ou menos, nos moldes da Assembleia Legislativa, a qual conheço. E a importância desse grupo de trabalho que tenha não somente a responsabilidade, mas tenha principalmente, acima de tudo, o equilíbrio de tomar as decisões.

Portanto, eu encaminho favoravelmente a essa criação da Comissão de Ética. E, ao mesmo tempo, em que encerramos praticamente hoje o nosso ano parlamentar, na Mesa Diretora, eu quero agradecer, Presidente, a todos os colegas da Mesa, pois neste ano nós tivemos muito trabalho, tanto é que, na última reunião de Mesa, nós tínhamos 21 itens para tratar, praticamente encerrando o ano e o mandato; um ano de muito trabalho. Agradeço também a todas as pessoas que confiaram no meu mandato, que foi um ano muito positivo para todos nós, com muitos embates, debate, mas estamos encerrando o ano com chave de ouro, com todos os colegas parlamentares. Finalizando, encaminhando o meu voto favorável à Comissão de Ética, mas lembrando, mais uma vez, que não é um grupo de trabalho que tem o compromisso de caçar bruxas, mas, sim, de ter responsabilidade, Ver. Pedro Ruas, e equilíbrio com suas decisões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 070/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Uma boa tarde a todos os colegas e a quem nos acompanha aqui nesta tarde. Fui convidado a fazer o debate sobre a Comissão de Ética especialmente porque é um tema que perdurou, ao longo de todo este ano, na nossa Câmara. E acredito que a forma com que a Mesa Diretora agora encaminha esse projeto de resolução e que a Câmara vai apreciar é uma forma muito correta. Primeiro, para dar segurança jurídica, uma segurança institucional de que a gente saiba como tratar os processos internamente toda vez que é necessário que a Comissão de Ética atue. Da mesma forma, é preciso que a Comissão de Ética possa ter justamente esse caráter apartidário, de certa forma, neutro, que tenha uma visão justamente independente para fazer análise dos pareceres, análise dos processos e dar os devidos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
034ª Sessão Extraordinária Híbrida 22DEZ2021

encaminhamentos. Então é muito importante que, no regramento aprovado, a gente consiga garantir isso e que a gente consiga garantir que efetivamente aquilo que se quer, que é uma Câmara que tenha uma boa convivência, um parlamento que consiga emanar respeito e credibilidade e que possa perdurar, especialmente é isso o que devemos aos cidadãos, não é, Ver. Mauro Pinheiro? Que nós possamos dar o exemplo, e que a Comissão de Ética possa justamente atuar naqueles casos em que é preciso que se ajuste comportamentos ou mesmo que se faça qualquer tipo de ato punitivo, infracional ou qualquer outro que a comissão entenda.

Então, a neutralidade, a idoneidade e obviamente o respaldo institucional para dar as garantias e segurança, a previsibilidade, portanto, para todos os membros desta Casa, para os partidos políticos, para o cidadão é muito importante. E isso que é o que nós pretendemos com esse regramento e com a instituição dessa comissão permanente na nossa Câmara Municipal, que vai atuar especialmente nos momentos em que ela for necessária, não precisará ser uma comissão que se reúna para não ter pauta e ficar apenas discutindo qualquer coisa, mas sim diante de processos concretos, de casos concretos que ela possa exercer seu ofício. Então deixo aqui a minha contribuição ao debate, Presidente Márcio, e agradeço a todos os colegas. Vamos debater, discutir a matéria, inclusive porque tem emendas entrando e acredito que é interessante a gente poder apreciar para garantir também a pluralidade na representação da comissão e naqueles pareceres, naquelas opiniões que vão respaldar as suas decisões. Lembrando sempre de que nós precisamos garantir, na comissão, a devida proporcionalidade e a representatividade que o Regimento entende necessário e, portanto, a Comissão de Ética terá que obedecer. Agradeço a todos. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 070/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Bem, na verdade, falo da importância que é que nós possamos encerrar este ano legislativo aprovando a presente Comissão de Ética. Um exercício que nós fizemos na Mesa Diretora há alguns meses, no exercício de tentar compor

um melhor formato, utilizando-nos do modelo, Presidente, da Assembleia Legislativa, para que nós pudéssemos ali ter uma experiência que deu certo, e que nós pudéssemos assim fortalecer as ferramentas internas da Casa na apuração de conflitos, na intermediação para que termos instrumentos adequados para isso.

Quero, pessoalmente, aqui ressaltar a importância de nós termos uma Comissão de Ética que garanta a representação das proporcionalidades da Casa, para que nós tenhamos um instrumento reconhecido e fortalecido pelo conjunto do plenário, para que, assim, possamos de fato garantir uma melhor forma de lidar com as situações conflitantes aqui dentro. Portanto, apoiarei obviamente a proposição. E acho que é muito importante que nós encerremos este primeiro ano desta legislatura consolidando esse instrumento que é tão importante para qualificação do funcionamento da Casa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de agradecer e registrar a presença entre nós do presidente da Aiamu, Johnny Bertolletti Racic, bem-vindo. E também do ex-Vereador João Carlos Nedel, sempre vereador desta Casa, bem como do secretário Cassio Trogildo.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 070/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, colegas vereadores e vereadoras e quem acompanha a nossa sessão nesta tarde. Hoje nós estamos não só discutindo, como vamos votar, o projeto de lei que institui o código de ética parlamentar, criando a Comissão de Ética parlamentar. Ver. Ramiro, a Comissão de Ética parlamentar existe no Congresso, na Assembleia Legislativa. Eu tive a felicidade de ter sido deputado estadual, participei da Comissão de Ética parlamentar da Assembleia, quando o corregedor era o deputado Marlon Santos, e aqui, na Câmara de Vereadores, ela acabava sendo uma atribuição da Mesa Diretora. Infelizmente, eu digo infelizmente porque, quando acontece um acordo de composição da Mesa Diretora, aliviando ou deixando fora alguns blocos de partidos, aquele bloco de partido fica sem representação. No nosso caso, da oposição, ganhamos na justiça, e neste ano houve uma evolução, na própria eleição já

votada daqui em plenário, nós acabamos votando no Ver. Idenir Cecchim para Presidente, uma nova composição de Mesa, e a oposição tem representação de Mesa; só para dizer exatamente como procede a questão no dia a dia do Legislativo da capital. Agora, tirando a atribuição da Mesa Diretora, ela terá como função principal fazer qualquer julgamento de recurso à Comissão de Ética. E, na Comissão de Ética, está a proporcionalidade por blocos – é o que todo mundo exige, creio eu –, e, na representação do bloco, deverá sempre ter aquele que, em tese, deverá defender o próprio processo disciplinar de algum colega ou não, justificando o descabido e assim por diante. Eu diria que o novo nesse processo está elencado – eu vou fazer a leitura aqui do projeto de lei – no art. 11: “O processo disciplinar pode ser instaurado mediante iniciativa do Presidente da Câmara, da Mesa Diretora, de partido político, de comissão ou qualquer vereador, bem como por eleitor no exercício de seus direitos políticos”. Esta é uma novidade: o eleitor pode abrir um processo disciplinar ou qualquer vereador mediante requerimento por escrito ao corregedor. A Comissão de Ética terá um corregedor, como presidente da Comissão de Ética parlamentar. Mas, cá para nós, a exemplo do que aconteceu na Assembleia – vocês me desculpem, eu tenho que citar aqui, mas é real isso –, vocês se lembram do caso Jardel? Vocês se lembram do caso recente julgado na Assembleia? Mas muito distante do que nós, ao longo desses cinco mandatos que estou na Câmara, aconteceu isso. Portanto, tira o direito de incriminar o vereador que vai para a Comissão de Ética e, se aprovado na Comissão de Ética, ainda terá que ter maioria absoluta do plenário, e isso significa 24 votos. Então esse eu acho que é o mínimo do que pode se dizer porque, quando se caça um vereador, tem que ser uma coisa por unanimidade. O cara aprontou mesmo, o cara tem prova, o cara tem denúncia no Ministério Público e o Ministério Público comprovou tal irregularidade; isso é o que a população também quer. Então, nesse sentido, muito cuidado àqueles que estarão na Comissão de Ética; parcimônia, como diz o negócio; cuidado, não é porque alguém dali de fora não gosta de um vereador e vai dizer ou vai pedir – vai ter o direito de pedir, vai ter inclusive um número de assinaturas na Comissão de Ética. Mas cabe à Comissão de Ética ter essa avaliação e assim mesmo, se a Comissão de Ética tiver discordância e aprovar, virá para o plenário. Então eu acho que é um algo importante para Casa, temos que defender, temos que ter um regramento para poder avaliar os excessos, que eu espero que

a Câmara não cometa tamanha irregularidade como aconteceu em vários parlamentos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 070/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente Ver. Idenir Cecchim, futuro Presidente desta Casa e hoje em exercício; colegas vereadores e vereadoras. Eu escutei atentamente as falas de todos, aliás, estava *on-line* nas sessões de segunda e hoje, e me chamou atenção a preocupação de vários vereadores com a citação “caça às bruxas”, que todos citaram. É preocupante, não podemos esquecer que não é, de forma alguma, uma caça às bruxas. E mais ainda me preocupa se esse sentimento, se essa preocupação está em cada um dos vereadores que utilizaram essa tribuna, realmente, este Legislativo da capital do Rio Grande do Sul mudou muito, porque eu estou no meu quarto mandato, foram 12 anos como assessora e mais quatro mandatos, são muitos anos em que eu fiquei sentada nessa cadeira, assistindo a vereadores como Ibsen Pinheiro, João Antônio Dib, Jair Soares, Pedro Américo Leal, Guilherme Socias Villela, Isaac Ainhorn. As discussões eram grandes, eram embates, não só debates nesta tribuna, mas eu não lembro, em nenhum momento, de assistir algo que tenha, naquela época, nos feito buscar uma comissão de ética ou enviar algo para uma comissão de ética, havia um respeito acima de tudo. As pessoas discutiam, debatiam, discordavam, divergiam, mas saiam desta tribuna e o relacionamento, a convivência era civilizada, era respeitosa. E nunca se pensou em uma comissão de ética, eu nem sei se ela existiu algum dia, porque jamais se imaginou encaminhar algum material contra um vereador, porque não havia isso. Aqui, neste plenário, sempre houve respeito, e os vereadores que estão aqui, os mais antigos, podem testemunhar isso. Inclusive, eu tenho lembranças do Ver. Pedro Ruas e do Vereador Pedro Américo Leal, que discordavam em tudo, tinham debates ferrenhos, tão ferrenhos que eles

foram convidados, os dois, para participarem de um programa chamado “Pedro versus Pedro”, na Rádio Bandeirantes, que fez o maior sucesso, em muitas vezes que eu acompanhei, eles saíam abraçados, como pessoas equilibradas, que se gostavam; como time, eu vejo casais de colorados e gremistas. Eu não consigo entender como é que nós chegamos ao ponto de vereadores partirem para agressão física. Sinceramente, eu confesso para vocês que eu não consigo entender e às vezes me pergunto: “Será que eu estou no lugar certo? Meu Deus, o que está acontecendo com as pessoas? Estão fanáticas, raivosas”. A Comissão de Ética nada mais é do que um instrumento – na minha opinião, pelo conhecimento que eu tenho – de se levar algo para que essa comissão possa trabalhar, atuar, chamar a atenção do vereador. Ninguém aqui está falando em caça às bruxas, aliás, se alguém pensou nisso, eu acho que está no lugar errado, porque isso aqui não é um campo de guerra, um terreno minado; não era, pelo menos.

Então, eu propus formalmente à Mesa Diretora da Câmara de Porto Alegre a criação de uma comissão de ética nesta Casa, no início de setembro. E penso que ela deva ser um órgão permanente encarregado de chamar à razão, de aplicar penalidades, inclusive, às pessoas que transgredirem aquela regra básica, o código que nós temos de cidadão. Eu vejo também, com surpresa, que atrás de uma máquina, de um computador, de um telefone celular alguns ficam corajosos, tentam destruir os outros. Eu ouvi alguém falar aqui – não lembro se foi o Ver. Cassiá ou o Ver. Cecchim – que se ouve muitas falas fora do Legislativo, tentando difamar colegas, e realmente a gente vê pessoas que se tornam corajosas atrás de uma máquina, que dizem horrores. Eu queria ver esse mesmo vereador ou vereadora dizer isso frente a frente; ele, no mínimo, seria responsabilizado na justiça e teria que responder, isso nós sabemos. Aliás, a justiça está aí para isto: quando a pessoa se sente agredida, perseguida, esse é o caminho, não tem porque não fazer, é um direito que nos assiste.

E aí eu me transporto para uma frase que ouvia desde muito cedo na minha casa: “Quem mal não faz, mal não pensa”. Quando esse requerimento foi entregue na nossa Mesa Diretora, não foi pensando na caça às bruxas, de forma alguma, foi sim algo pedagógico, como se fizesse com uma criança, como se fosse uma trava, ou um sinal vermelho: “Opa, eu não posso fazer isso, eu tenho uma comissão de ética pela frente” – esse é o sentido.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
034ª Sessão Extraordinária Híbrida 22DEZ2021

Aproveitando o final do ano – foram dois anos muito difíceis, ano pandemia, ano pós-pandemia; muitas vidas e empregos perdidos –, eu, sinceramente, surgiro que todos nós façamos uma reflexão, para que, nesta data festiva de Natal e um novo ano, possamos voltar mais respeitosos, solidários, generosos e principalmente com civilidade, independentemente da sigla partidária, ideologia política. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 070/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Márcio, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, escutei atentamente o seu discurso, Ver.^a Mônica Leal, muito bem fundamentado. O do Ver. Cassiá também, o do Ver. Hamilton Sossmeier. Todos que vieram aqui se colocaram de uma forma muito tranquila. Muito tranquila.

Presidente Márcio, V. Exa. vai deixar um bom legado votando hoje essa formação da Comissão de Ética. Eu disse, há poucos dias, que as obras não são só as obras físicas, são as obras que ficam para sempre. Essa Comissão de Ética é uma boa obra que V. Exa. está deixando. Então, eu queria fazer esse registro para quem comandou a nossa Casa num ano de pandemia, num um ano difícil, mas agora, no último dia, nós estamos votando aqui a Comissão de Ética, que é importante para todos. A Comissão de Ética vale para vereador e para funcionários da Casa, para assessores, vale para todos! Então vamos ter um balizador, e, Ver.^a Mônica, nós, que fizemos parte da Mesa do Presidente Márcio e vamos continuar na Mesa no próximo ano, eu acho que a coisa mais certa a fazer é distinguir o que é Mesa Diretora e o que é Comissão de Ética, pois são coisas diferentes e de muita responsabilidade, as duas, tanto a Mesa quanto a Comissão de Ética. E espero que este Parlamento faça o que V. Exa. disse: volte mais brando no próximo ano. Nós estamos terminando este ano muito bem, nós votamos aqui projetos importantes do governo, votamos projetos da oposição, enfim, tivemos uma boa convivência. E eu espero

que isso continue no próximo ano, sabendo que, para quem descarrilhar do trilho, haverá uma Comissão de Ética para julgar. E os membros da Comissão de Ética não podem ser encarados como inimigos de ninguém; eles são a Comissão de Ética que será escolhida por nós. Será uma Comissão de Ética para proteger o Parlamento. Ela é criada para proteger o Parlamento e não para caçar as bruxas; mas se precisar ser duro com aqueles que tentam destruir o Parlamento, a Comissão de Ética o será. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir, em 2ª sessão, o PR nº 070/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, colegas, plenário, eu venho até esta tribuna e, de início, já quero deixar um abraço de felicidades para todas e todos os servidores desta Casa, aos colegas vereadores, desejar boas festas com as suas famílias e que a gente tenha um próximo ano muito melhor do que este, que a crise econômica seja superada, que a gente possa ver uma Porto Alegre com emprego pleno, saúde, educação e outros serviços de qualidade para todas e todos que neste ano não conseguiram alcançar.

A matéria em tese aqui nos convoca à reflexão coletiva. Mas é fato que, infelizmente, os votos para essa instalação terão diferentes orientações e desejos, bem apontados aqui pela Ver.^a Mônica, que nos antecedeu. É verdade. Eu acho, vereadora, que os motivos que levarão aos votos para a aprovação dessa Comissão de Ética serão diferentes. Não sei por que; não deveria sê-lo. Deveríamos ter todos aqui a mesma motivação da preservação do bom padrão de trato coletivo, de construção coletiva, dos valores que inspiram o debate político, dos valores que inspiram a construção de ideias e a implementação delas através de políticas públicas. Essa é a intenção dos parlamentos municipais, estaduais, do Congresso Nacional: produzir debates para que políticas públicas de diferentes modulações sejam implementadas, que vão, digamos, trazer direitos para um ou outro grupo social. Esse é o intuito da política, é trazer ideias, debatê-las e construir um melhor amanhã. Tudo fora disso, que envolve a destruição do outro, não contribui na melhoria da

cidade. E quero dizer mais, quero ler aqui algumas matérias que esta cidade vivenciou e leu no passado: "Dois ex-diretores da Procempa são condenados por desvio de dinheiro", "Justiça eleitoral julga cassação de mandato de vereador" "TRF da 4ª Região mantém condenação de vereador por dispensa indevida de licitação", "Vereador e diretor da Câmara são condenados", "MP denuncia ex-diretores do DEP por corrupção ", "Justiça condena vereador e outras duas pessoas por fraude", "MP investiga corrupção, estelionato e lavagem de dinheiro na FASC", "Justiça condena ex-funcionário da Carris que usou nome de criança morta para desviar dinheiro" – todos títulos de matérias de jornal desta capital. São denúncias, são investigações e alguns já são condenações em instâncias do Judiciário. Então eu me questiono: qual ética realmente inspira a política? O povo está cansado da velha política, a política do toma lá dá cá, a política do troca-troca. É por isso que muitas vezes, de dois em dois anos, quando os políticos vão às ruas, os partidos vão às ruas na chamada festa democrática, ouve-se muito: "Vocês prometem e não fazem nada" ou "Vocês prometem e roubam". Isso a gente ouve e vai continuar ouvindo porque teremos sempre, infelizmente, os maus exemplos na política. Espero que essa Comissão de Ética vislumbre um novo amanhã para Porto Alegre, e que Porto Alegre não figure mais nas páginas policiais. Porque quando o nome de um político desta cidade é colocado num jornal, não é o nome desse político só, é o nome de todo o Parlamento, é o nome de toda a política da capital, como bem colocou aqui deste microfone a Ver.^a Mônica. Os políticos do passado também devem ser honrados, aqueles que construíram leis. E eu vejo aqui pessoas querendo revogar leis de políticos. Isso é um absurdo! Nós temos que preservar a imagem do Parlamento, a história deste Parlamento. Este Parlamento não existe porque nós estamos aqui; ele existe porque existe cidade, existe democracia e existe povo indo à urna, existe o direito aos processos eleitorais, o direito à representação. Espero que a Comissão de Ética construa o respeito à representação, e, mais do que isso, excre qualquer um qualquer, qualquer uma que ouse colocar o nome da política da capital nas páginas policiais desta cidade. Este deve ser o nosso combate: o combate à corrupção. E é para isso que eu voltarei nessa Comissão de Ética, para que a corrupção saia da política brasileira, para que as palavras corrupção e política nunca mais estejam juntas nas páginas de jornal, muito menos nas páginas policiais. Um abraço e obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
034ª Sessão Extraordinária Híbrida 22DEZ2021

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais vereadores inscritos para discutir, encerrada a discussão, em 2ª sessão, do PR nº 070/21.

Eu gostaria de agradecer e saudar a presença do vereador Tiago Menezes, vereador de Rosário do Sul; seja bem-vindo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para a 035ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h08min.)

E